



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 34ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810520

Processo nº **0035272-57.2019.8.17.2001**

AUTOR: NELSON VALETINO FERREIRA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## SENTENÇA

Vistos, etc...

**NELSON VALENTINO FERREIRA JUNIOR**, qualificado e regularmente representado ingressou com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT contra a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, aduzindo, em resumo, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 27/08/2017, do qual resultou debilidade permanente, que requereu o pagamento da indenização securitária administrativamente seu pedido foi negado.

A parte ré apresentou contestação de Id 50585746 aduzindo em síntese a negativa na via administrativa e a ausência de documentos.

Fora determinada a realização de avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez e o laudo do perito judicial (Id 59344214) foi conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu **dano anatômico e/ou funcional definitivo** no tornozelo esquerdo, sendo a lesão de grau leve(25%)

**É o que havia de importante para relatar.**

**Decido.**

O feito encontra-se maduro para julgamento, a teor do art. 355, I, do NCPC, porque a matéria de fato já se encontra devidamente provada.

**Rejeito a impugnação** ao laudo pericial de Id. 60039345, porque não fundado em aspectos objetivos nem científicos, mas, sim, em mera irresignação da parte demandada onde esta pretende que o exame realizado unilateralmente prevaleça sobre a perícia judicial.

O pedido inicial é de pagamento da indenização por invalidez permanente provocada por acidente de veículo automotor de via terrestre, cujo risco é coberto pelo seguro obrigatório, popularmente conhecido como DPVAT.

O caso encontra regulação na Lei 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro DPVAT.

O art. 3º da Lei 6.194/74, mais especificamente seu inciso II, estabelece o *quantum* indenizatório devido à vítima permanentemente inválida em razão de danos causados pelos veículos automotores de via terrestre. Diz a regra: “Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;”.

A norma estabelece os critérios de fixação da indenização e, em tabela anexa, as variações no que tange ao grau de invalidez. Referida tabela estabelece o teto indenizatório para cada espécie de lesão, devendo ser avaliada a extensão desta no caso concreto para se chegar ao *quantum* devido quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta (hipótese dos autos), conforme determina o art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74.

No caso em apreço, o laudo médico (Id.59344214) é conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu, em decorrência de acidente de trânsito, um dano anatômico e/ou funcional definitivo no tornozelo esquerdo, enquadrando-o no percentual de 25%. Assim, para a obtenção do valor indenizatório deve-se utilizar o **valor limite da indenização** (R\$ 13.500,00), já que a invalidez é permanente; multiplicar por 25%, já que a ocorreu **uma perda anatômica/ e ou funcional do tornozelo esquerdo** e o resultado obtido deve ser multiplicado por 25%, uma vez que a perícia indicou que houve **perdas de repercussão leve**.



R\$ 13.500,00 x 25% X25% = R\$ 843,75

Isto posto, com base nos dispositivos legais antes mencionados, ao tempo em que rejeito a preliminar, julgo PROCEDENTE EM PARTE extinguindo o feito com exame do mérito, o que faço com base no art. 487, I, CPC/2015, condenando a ré ao pagamento da complementação da indenização securitária no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três e setenta e cinco centavos) que deverá ser corrigido pela tabela ENCOGE desde a data do evento danoso, nos termos da súmula nº 580 do STJ, até a efetiva quitação, acrescido dos juros moratórios, a partir da citação válida até o efetivo pagamento.

Condeno ainda a ré ao pagamento das custas processuais e da verba honorária que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação.

Por fim, determino a expedição de alvará em favor do perito, Sr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) (Id. 56860837).

**Publique-se. Registre-se e Intime-se.**

Recife, 26 de maio de 2020.

Lara Corrêa Gambôa da Silva  
**Juíza de Direito**  
**34vc10b**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035272-57.2019.8.17.2001

AUTOR: NELSON VALETINO FERREIRA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 34ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 62519580, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc... NELSON VALETINO FERREIRA JUNIOR, qualificado e regularmente representado ingressou com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT contra a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, igualmente qualificada, aduzindo, em resumo, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 27/08/2017, do qual resultou debilidade permanente, que requereu o pagamento da indenização securitária administrativamente seu pedido foi negado. A parte ré apresentou contestação de Id 50585746 aduzindo em síntese a negativa na via administrativa e a ausência de documentos. Fora determinada a realização de avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez e o laudo do perito judicial (Id 59344214) foi conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo no tornozelo esquerdo, sendo a lesão de grau leve(25%) É o que havia de importante para relatar. Decido. O feito encontra-se maduro para julgamento, a teor do art. 355, I, do NCPC, porque a matéria de fato já se encontra devidamente provada. Rejeito a impugnação ao laudo pericial de Id. 60039345, porque não fundado em aspectos objetivos nem científicos, mas, sim, em mera irresignação da parte demandada onde esta pretende que o exame realizado unilateralmente prevaleça sobre a perícia judicial. O pedido inicial é de pagamento da indenização por invalidez permanente provocada por acidente de veículo automotor de via terrestre, cujo risco é coberto pelo seguro obrigatório, popularmente conhecido como DPVAT. O caso encontra regulação na Lei 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro DPVAT. O art. 3º da Lei 6.194/74, mais especificamente seu inciso II, estabelece o quantum indenizatório devido à vítima permanentemente inválida em razão de danos causados pelos veículos automotores de via terrestre. Diz a regra: "Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;". A norma estabelece os critérios de fixação da indenização e, em tabela anexa, as variações no que tange ao grau de invalidez. Referida tabela estabelece o teto indenizatório para cada espécie de lesão, devendo ser avaliada a extensão desta no caso concreto para se chegar ao quantum devido quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta (hipótese dos autos), conforme determina o art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74. No caso em apreço, o laudo médico (Id.59344214) é conclusivo ao indicar que a parte autora sofreu, em decorrência de acidente de trânsito, um dano anatômico e/ou funcional definitivo no tornozelo esquerdo, enquadrando-o no percentual de 25%. Assim, para a obtenção do valor indenizatório deve-se utilizar o valor limite da indenização (R\$ 13.500,00), já que a invalidez é permanente; multiplicar por 25%, já que a ocorreu uma perda anatômica/ e ou funcional do tornozelo esquerdo e o resultado obtido deve ser multiplicado por 25%, uma vez que a perícia indicou que houve perdas de repercussão leve.  $R\$ 13.500,00 \times 25\% \times 25\% = R\$ 843,75$  Isto posto, com base nos dispositivos legais antes mencionados, ao tempo em que rejeito a preliminar, julgo PROCEDENTE EM PARTE extinguindo o feito com exame do mérito, o que faço com base no art. 487, I, CPC/2015, condenando a ré ao pagamento da complementação da indenização securitária no valor de R\$ 843,75 ( oitocentos e quarenta e três e setenta e cinco centavos) que deverá ser corrigido pela tabela ENCOGE desde a data do evento danoso, nos termos da súmula nº 580 do STJ, até a efetiva quitação, acrescido dos juros moratórios, a partir da citação válida até o efetivo



*pagamento. Condeno ainda a ré ao pagamento das custas processuais e da verba honorária que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação. Por fim, determino a expedição de alvará em favor do perito, Sr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) (Id. 56860837). Publique-se. Registre-se e Intime-se. Recife, 26 de maio de 2020. Lara Corrêa Gambôa da Silva Juíza de Direito 34vc10b "*

RECIFE, 17 de junho de 2020.

**LAINÉ HANNA REIS RAPOSO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035272-57.2019.8.17.2001

AUTOR: NELSON VALETINO FERREIRA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 34ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF 009.226.694-06**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO: 040 - 01775951-2**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 62519580**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "(Por fim, determino a expedição de alvará em favor do perito, Sr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) (Id. 56860837).)".

Eu, LAINE HANNA REIS RAPOSO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 17 de junho de 2020.

**CARMEN MAGALHÃES DE ANDRADE PEDROSA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**(Assinado eletronicamente)**

**LARA CORRÊA GAMBÔA DA SILVA**

**Juíza de Direito**

**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.  
Grato.

